

Turismo e desenvolvimento de áreas de baixa densidade: As Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva

PAULA REIS * [paulasofireis@gmail.com]

Resumo | As alterações sofridas, nos últimos anos, nas comunidades rurais levam-nos a repensar os modelos de desenvolvimento aplicados nestas comunidades, sobretudo no que se refere ao aproveitamento de recursos endógenos e dinamização de atividades económicas – turismo.

O presente artigo é resultado da investigação levada a cabo do tipo exploratório-analítico (em 2010) que pretendeu contribuir para clarificar o papel do turismo no desenvolvimento de um território eminentemente rural, as Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva, e analisar e compreender qual o contributo da implementação de circuitos turísticos no processo de desenvolvimento local.

Palavras-chave | Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva, desenvolvimento local, recursos endógenos e circuitos turísticos.

Abstract | The changes undergone in the past years in rural communities make us reconsider the development models applied in these communities, especially what concerns to the use of local resources and promotion of economic activities – tourism.

The present paper is the result of an exploratory and analytical research (in 2010) that intended to contribute to clarify the role of tourism in the development of a territory eminently rural, the Historic Villages of Portugal, Trancoso and Marialva. The study also helps to analyze and understand the contribution of the implementation of tours in the local development process.

Keywords | Historical Villages of Portugal in Trancoso and Marialva, local development, local resources and tours.

* **Mestre em Turismo** pela Universidade de Évora e **Colaboradora/Investigadora** do Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre (C3I-IPP).

1. Introdução

Os territórios de cariz marcadamente rural, em Portugal, estão a atravessar um processo de mudança irreversível, o qual se deve, como na grande maioria dos territórios rurais da União Europeia, ao êxodo populacional e à depressão económica associada ao declínio das atividades tradicionais. Esta mudança é acompanhada de uma diversificação da economia rural que decorre do facto de o meio rural já não ser apenas entendido como fornecedor de matérias-primas, mas como um espaço que congrega múltiplas funções. Esta transição conduziu a uma alteração substancial na forma de encarar o espaço rural e, consequentemente, o modo como as estratégias de desenvolvimento a implementar neste espaço (Figueiredo, 2011).

Perante o cenário de depressão dos territórios de baixa densidade, diversas entidades têm procurado contrariar ou atenuar os efeitos com vários programas e projetos de intervenção e revitalização sócio-económica, fixação de população, reforço do investimento público e promoção turística, sendo o caso do projeto das Aldeias Históricas de Portugal (Cristóvão et al., 2011, p.176).

Consequentemente, as estratégias de desenvolvimento dos territórios rurais têm vindo a apontar o Turismo como um dos setores fundamentais para o desenvolvimento de territórios menos favorecidos, pois potencia a sua reconstituição e preservação, contribui para o desenvolvimento da economia local através da criação de novos empregos, quer na área do turismo, quer na área das atividades artesanais e proporciona outras fontes complementares de rendimentos (Cavaco, 1999), assumindo-se como uma ferramenta para o desenvolvimento rural.

Contudo, para que o turismo se possa constituir como um instrumento de desenvolvimento destes territórios, será crucial haver um esforço por parte das diferentes regiões na criação de produtos e serviços turísticos inovadores e diversificados,

promovendo a dimensão territorial, ambiental e patrimonial destes territórios de baixa densidade com estratégias adequadas, nas quais os atores territoriais devem desempenhar um papel essencial na construção de redes de trabalho/parceria. (Fragoso, 2005).

Esta perspetiva fundamenta-se no paradigma do desenvolvimento endógeno, que surgiu no final dos anos 70/início dos anos 80 como uma reação aos modelos e políticas regionais tradicionais (Amaro, 2001; Henriques, 1990).

A investigação desenvolvida situou-se metodologicamente neste paradigma, apoiado pelas teorias *de bottom-up* que têm como base a maximização dos recursos endógenos do território e da cultura local para fins turísticos (Kneafsey, 1998).

O estudo desenvolveu-se em torno de um conjunto de questões que definem os contornos da investigação levada a cabo. Estas perguntas de partida encerram em si a problematização que envolve a investigação e que se podem expressar da seguinte forma: 1) Qual a importância atual da vertente do turismo para o desenvolvimento das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva? 2) Que medidas/iniciativas estão a ser desenvolvidas para promover a atividade turística? 3) Quais são os recursos endógenos que permitem a implementação dos circuitos turísticos?

Face à problemática e às perguntas de partida, estabelecemos como objetivo geral analisar o contributo do setor turístico no desenvolvimento local, visando a identificação de propostas de intervenção em Trancoso e Marialva. Foram definidos como objetivos específicos:

- a) identificar as perceções e perspetivas turísticas da população e dos agentes locais;
- b) identificar e analisar as potencialidades dos circuitos turísticos nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva;
- c) definir as parcerias e as dinâmicas sócio-económicas conducentes à implementação dos circuitos turísticos nas aldeias históricas.

2. Enquadramento Teórico

2.1. O desenvolvimento local como novo paradigma

O campo teórico de suporte do conceito de desenvolvimento tem sofrido grandes alterações, fruto das diversas mudanças que as sociedades e os indivíduos têm vivido nos últimos 60 anos.

A Revolução Industrial e a Revolução Francesa são dois marcos históricos do surgimento do conceito de desenvolvimento. No entanto, a concretização científica do conceito apenas surge depois da II Guerra Mundial, apoiada pelo paradigma funcionalista. Efetivamente, existem inúmeros autores a definir o conceito de desenvolvimento (Stöhr, 1981; Henriques, 1990; Amaro, 2001; Cavaco, 1999; Vachon, 2001; Fragoso, 2005).

O paradigma funcionalista baseou-se nas teorias económicas neo-clássicas e revelou-se ineficaz porque, para além de não atingir os níveis de desenvolvimento perspectivados, ainda agravou as assimetrias e os fossos entre as sociedades e países (Henriques, 1990).

Nos anos 50 e 60 surgem as primeiras críticas ao modelo de desenvolvimento, centradas no facto de que o desenvolvimento não pode ser reduzido tão somente ao crescimento; de que, na melhor das hipóteses, o crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente, do desenvolvimento; de que, o desenvolvimento não pode ser promovido de forma desenquadrada de outras dimensões, tão importantes como a questão económica, como sejam o bem-estar social, a cultura e a preservação do meio ambiente. As preocupações sociais passaram a associar-se às de natureza ecológica, por se considerar que o desenvolvimento preconizado não era ecologicamente sustentável, colocando em causa a biodiversidade e a renovação dos recursos (Amaro, 2001).

Contexto que impulsionou o surgimento, na década de 70, de um novo paradigma do desenvolvimento, o paradigma territorialista, que defende uma estratégia *bottom-up*, onde as pessoas sejam os motores dos seus processos de desenvolvimento (Benko, 1999).

Como defende Lopes (2006), o desenvolvimento tem de ser para as pessoas, não para algumas, mas para todas, onde quer que vivam. A variável espaço não pode, assim, deixar de ser considerada na análise, uma vez que explicitamente se tem em conta, no conceito de desenvolvimento, o local onde as pessoas vivem.

Os processos de desenvolvimento são tidos como únicos pela especificidade inerente a cada caso e sua estruturação “a partir de “dentro” de cada sociedade territorialmente organizada a diferentes níveis, e sempre em relação estreita com as condições sociais, políticas e culturais específicas de uma situação histórica concreta” (Henriques, 1990, p. 59). Está-se perante uma visão mais integrada, diferenciada e territorializada do processo de desenvolvimento local. Em vez da intervenção pública institucionalizada, da centralização das políticas, dos recursos e das atividades surge a descentralização e a participação dos diferentes atores locais no processo de desenvolvimento. Ou seja, uma metodologia participativa nos processos de mudança (uma dinâmica de *empowerment*¹) e de melhoria das condições de vida das populações com a mobilização de todos os recursos e potencialidades existentes nas comunidades territoriais. Nesta medida, torna-se premente aumentar as capacidades e o poder das populações no sentido de serem estas a delinear o seu próprio caminho *bottom up*, porque são elas que melhor conhecem os seus problemas, as oportunidades e as necessidades não satisfeitas (Stöhr e Taylor, 1981), a que se procura dar resposta, mas “articulando-as com os recursos exógenos numa perspetiva de fertilização mútua” (Amaro, 2001, p. 166).

Um dos fatores estratégicos do desenvolvimento económico em geral e do desenvolvimento turístico em particular, é a existência de redes de cooperação

¹ Conceito desenvolvido por John Friedmann, no seu livro “*Empowerment: Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*” (1996).

na medida em que facilitam a partilha, quer de recursos, quer de conhecimentos e formas de atuação, bem como a convergência de esforços, estimulando a dinâmica económica e o desenvolvimento de zonas desfavorecidas e marginalizadas (Vázquez Barquero, 2005). É, portanto, necessária a articulação entre mecanismos de desenvolvimento ascendentes e descendentes, entre atores locais e atores exteriores, entre o local e o nível nacional, incluindo o Estado.

Nesta aceção, fundamenta-se a perspetiva sistémica da atividade turística, uma perspetiva fundamentada na teoria dos sistemas.

Um dos trabalhos que descreve o turismo como um sistema de inter-relações entre as diversas partes da oferta e destas com a procura de mercado é de Mill e Morrison (1992), que defendem que o turismo deve ser visto como um sistema composto por múltiplas partes interrelacionadas, cujo funcionamento adequado depende das interações que se estabelecem entre as componentes principais do sistema e, como elas são afetadas pelos outros participantes no sistema turístico (externalidades). Ou seja, todas as partes dependem umas das outras para um funcionamento mais natural.

Em termos práticos é coerente que um determinado território possa estruturar uma oferta turística local com base nos seus recursos endógenos e com vinculações a montante e a jusante. Contudo, a atividade turística só fará parte do processo de desenvolvimento local quando se integrar na organização global do sistema produtivo e não quando implementada como uma prática isolada.

2.2. O papel do turismo no desenvolvimento das áreas de baixa densidade

A política da União Europeia para os territórios rurais reflete o processo de transição de uma conceção agrícola para uma conceção pós-agrícola na valorização de novas atividades, que incide com a perda de população e o esvaziamento de dinâmicas socioeconómicas.

O futuro das zonas rurais portuguesas está fortemente condicionado pelos seus problemas de desenvolvimento e sobretudo pelo modelo de desenvolvimento económico adotado – paradigma funcionalista, do grande êxodo da década de sessenta, de uma maior abertura da economia do país e a crescente modernização da agricultura, consequências dos efeitos das políticas sectoriais (agrícolas e regionais), do período de instabilidade económica, social e governativa dos anos pós 1974, regista-se, ainda, os efeitos da nossa integração nos anos 80 à Comunidade Económica Europeia (Baptista, 2011).

Com a adesão de Portugal à União Europeia (1986), iniciou-se um processo de ajustamento das políticas (PAC), levando o governo a constituir o desenvolvimento rural como um dos pilares fundamentais no desenvolvimento a nível regional e nacional. Um dos primeiros sinais de mudança de paradigma para o mundo rural europeu surge com o relatório “Futuro do Mundo Rural” (1988), que estabelece um primeiro conjunto de ideias interessantes, “com a valorização de novas funções para os territórios rurais nomeadamente o lazer e o recreio” (Silva & Carvalho, 2011, p. 315).

Na última década, os contextos territoriais de baixa densidade adquiriram uma consonância crescente com as políticas públicas nacionais e europeias, orientadas para o desenvolvimento local através de um maior aprofundamento das intervenções territoriais, no âmbito dos QCA (Quadros Comunitários de Apoio²), e atualmente o QREN 2007-2013 (Quadro de Referência Estratégico Nacional), neste instrumento o turismo é um dos eixos prioritários.

Destas estratégias para o desenvolvimento atual das Aldeias Históricas de Portugal, destacamos as novas oportunidades que decorrem de programas, como o PROVERE (Programa de Valorização Econó-

² A iniciativa das Aldeias Históricas de Portugal foi lançada no âmbito do QCAII (Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional), e com continuidade no QCAIII (Ações Inovadoras de Dinamização das Aldeias).

mica de Recursos Endógenos), sendo de realçar o programa de ação “Aldeias Históricas – Valorização do Património Judaico” e o PRODER 2007-2013 (Programa de Desenvolvimento Rural), ou seja, instrumentos que pretendem estimular iniciativas de melhoria da competitividade territorial de áreas de baixa densidade, através da valorização económica dos recursos endógenos.

Com efeito, as vocações do mundo rural foram-se alterando ou readaptando à necessidade de atração e de captação de dinheiro e pessoas, transformando aldeias de produção agrícola em lugares de consumo de atividades de turismo, recreio e reprodução de atividades tradicionais (Figueiredo, 2011; Woods, 2007). Para a socióloga Elisabete Figueiredo, os espaços rurais passaram de espaços (im) produtivos de alimentos a espaços de reserva de qualidade ambiental, atribuindo o desígnio de guardiões de natureza e das memórias do passado.

Para responder às novas tendências de desenvolvimento do turismo, o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) dá expressão às potencialidades do mundo rural ao valorizar o *Touring* Cultural e Religioso, completado pelo Turismo de Natureza e Saúde e Bem-estar. Deste conjunto de produtos estratégicos para o crescimento da região Centro de Portugal (PENT, 2011), destaca-se a criação de rotas temáticas para o circuito turístico (*Touring* Cultural e Paisagístico) como uma oportunidade para a Rede das Aldeias Históricas.

3. Metodologia

Face às especificidades da investigação, a escolha da metodologia centrou-se numa triangulação de métodos, isto é, uma combinação de vários métodos de investigação quantitativos e qualitativos (Bryman, 1992): inquérito por questionário, entrevistas e estudo de casos (Quadro 1), com vista a enriquecer o estudo de carácter exploratório-descritivo sobre as aldeias históricas de Trancoso e Marialva.

Para alcançar os objetivos do estudo procedeu-se num primeiro momento a uma recolha de informação e análise documental sobre a problemática em estudo (Moreira, 1997).

Numa segunda fase, de forma mais sistemática e segundo uma abordagem quantitativa, centrada na população das duas aldeias históricas foi administrado um inquérito por questionário (Ander-Egg, 1982, p. 274). Perante um universo de 3377 habitantes (INE, 2001), optou-se pelo método de amostragem aleatória ou probabilística estratificada (Vicente et al., 1996). A obtenção da amostra estratificada proporcional foi conseguida através da divisão em três estratos: aldeia histórica (Trancoso e Marialva), sexo e idade (entre os 15 e os 65 e mais anos) atingindo um total de 2871 habitantes (retirado o grupo etário dos menos 14 anos). Perante o universo apresentado procedeu-se ao cálculo do universo da amostra, para um erro de 5%, com um grau de confiança de 2G (95,5%), do qual resultou uma unidade de análise de 350 indivíduos (30 residentes em Marialva e 320 em Trancoso).

Quadro 1 | Dimensão de abordagem pelos métodos utilizados para a investigação realizada

Métodos	Dimensão
Inquérito por questionário	Caracterizar a população das aldeias históricas; conhecer as perceções dos residentes sobre turismo na aldeia histórica; aferir a relação entre turismo e desenvolvimento na aldeia histórica; e as perspetivas futuras de intervenção e rentabilização dos recursos endógenos na aldeia histórica.
Entrevistas semidiretivas	Perceber a importância do turismo para o desenvolvimento das aldeias históricas; identificar as principais potencialidades e condicionantes ao desenvolvimento do turismo; aferir as atividades de animação turística; determinar as medidas/iniciativas para a conceção de produtos turísticos; perceber as dinâmicas criadas para a competitividade do destino e o envolvimento em rede com as outras aldeias
Estudo de caso	Caracterizar a procura e a oferta turística nas aldeias históricas; e aferir a perceção sobre o desenvolvimento de circuitos turísticos.

Fonte: Elaboração própria.

A análise univariada foi desenvolvida com o recurso à análise da distribuição de frequências e para efetuar a análise bivariada, no sentido de relacionar as variáveis, utilizou-se testes estatísticos: o Teste do Qui-quadrado, no caso das variáveis nominais e o Teste de U Mann-Whitney, no caso das variáveis ordinais, sempre que possível (Pestana & Gageiro, 1998).

Em simultâneo foram realizadas entrevistas semidiretivas (Albarelo et al., 1997) a sete informantes-chave (representantes das autarquias locais, de associações de desenvolvimento local e empresários locais). Neste caso, a técnica de amostragem escolhida foi do tipo intencional, ou seja, os elementos foram escolhidos por serem considerados representativos da população, informantes que desempenham um papel fundamental no território. O tratamento das entrevistas foi feito através da análise de conteúdo com base na modalidade categorial temática.

Para completar a informação recolhida anteriormente, fez-se recurso a estudo de casos nas duas aldeias históricas aos visitantes. No caso concreto, a estratégia ou modo de investigação selecionado foi o estudo de caso múltiplo (Yin, 1994), através da aplicação de um inquérito por questionário que

decorreu com o adição progressivo de novos casos até ao instante que se alcançou uma saturação teórica. Assim, verificou-se ao quarto caso em ambas as aldeias históricas uma saturação teórica, que se traduziu na totalidade em oito casos. Ao nível da análise e interpretação dos dados, recorreu-se a análise de conteúdo com base na modalidade categorial temática, com a construção de uma grelha comparativa entre os casos nas duas aldeias históricas.

4. Contexto de Estudo

As Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso³ e Marialva são duas das 12 aldeias que compõem a Rede das Aldeias Históricas de Portugal. Do ponto de vista geográfico as duas aldeias localizam-se entre o Vale do Douro e a Serra da Estrela, confrontando a leste com o concelho de Pinhel e a oeste com o rio Dão, no interior da Beira Interior Norte – NUT III, na parte noroeste do distrito da Guarda (Figura 1).

³ A antiga Vila Medieval de Trancoso exerce as funções administrativas de sede de concelho, de Aldeia Histórica de Portugal e de cidade.

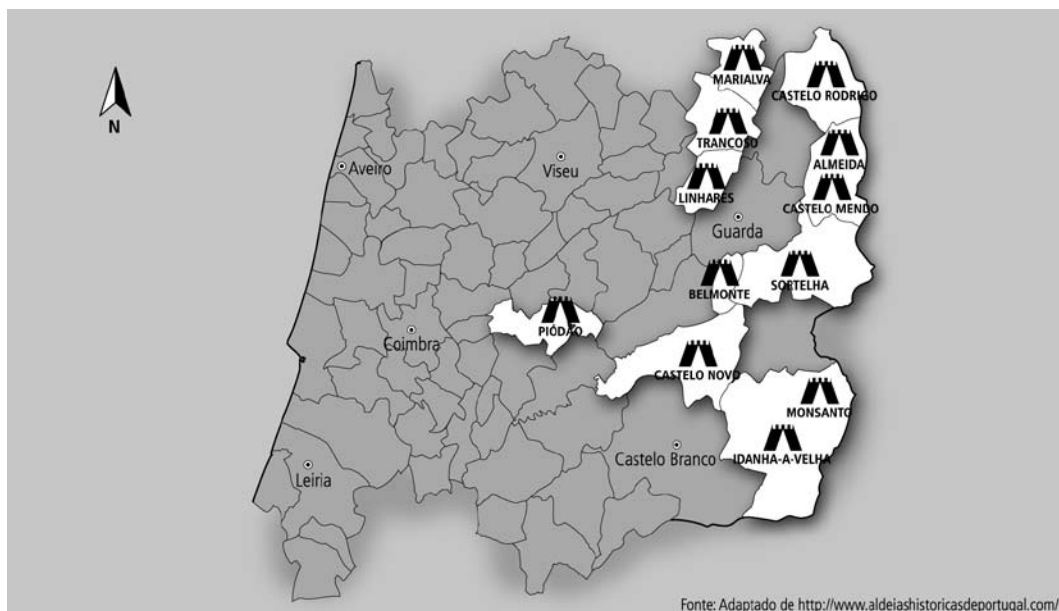


Figura 1 | Mapa das Aldeias Históricas de Portugal.

Fonte: Adaptado de <http://www.aldeiahistoricasdeportugal.com/>

De acordo com os dados provisórios do Recenseamento Geral da População de 2011, Marialva tem 255 habitantes (19,21 km²), uma densidade populacional de 13,3 hab/km², substancialmente inferior à verificada nas duas freguesias urbanas da aldeia histórica de Trancoso, que é de 109,7 hab/ km² em São Pedro (15,27 km²) e 43,4 hab/km² em Santa Maria (36,33 km²), num total de 3289 habitantes.

Em termos gerais, verifica-se no período de 2001-2011 um acréscimo populacional em Trancoso, com a deslocação de residentes das aldeias para a sede de concelho e de outros vizinhos, por apresentar maiores oportunidades de trabalho, infra-estruturas de apoio social, familiar e cultural.

Destaca-se ainda no Quadro 2, uma tendência decrescente da evolução da população residente em Marialva, porém, contrasta com o crescente envelhecimento da população nas duas aldeias históricas.

Estas aldeias históricas encontram-se perto de grandes eixos rodoviários, nomeadamente A25

(Aveiro – Vilar Formoso), A23 (ligação a Lisboa – Sul), e IP2 (Alentejo – Trás dos Montes e Alto Douro), quer das ligações ferroviárias, existindo a linha da Beira Alta (Vilar Formoso – Coimbra/Lisboa) e a linha do Douro (Pocinho – Porto).

Na área abrangida pelas duas Aldeias Históricas, encontra-se uma diversidade de património histórico e arquitetónico, considerando o número de monumentos classificados (Quadro 3), sendo que existem outros recursos ao nível do património cultural.

No que respeita à estrutura e dinâmica da oferta turística, destaca-se uma variação positiva na oferta de alojamento nas duas aldeias históricas (Quadro 4), que ronda os 154 quartos, sendo que a maioria localiza-se em Trancoso (107 quartos). Uma dinâmica que se altera ao nível da restauração, com Trancoso apresentando pelo menos meia dúzia de restaurantes a contrapor com a ausência de qualquer oferta na aldeia histórica de Marialva.

Quadro 2 | Distribuição da população residente segundo grupos etários

Grupo Etário	Marialva		Trancoso (St.ª Maria)		Trancoso (S. Pedro)	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
0 – 14	23	7	207	280	299	229
15 – 24	21	16	179	172	280	209
25 – 64	119	102	678	832	912	863
65+	108	130	249	293	302	411
Total	271	255	1313	1577	1793	1712

Fonte: INE, Infoline (2001, 2012).

Quadro 3 | Património Classificado/Aldeia Histórica

Aldeia Histórica	Património	Classificação/ano
Trancoso	Castelo e Muralhas Pelourinho Planalto Batalha São Marcos Igreja Nossa Sr.ª da Fresta Capela de St.ª Luzia Sepulturas Antropomórficas Via antiga do Sintrão Centro Histórico Parque Municipal Tília do Largo St.ª Mª Guimarães	Monumento Nacional (1921) Monumento Nacional (1910) Monumento Nacional (2004) Imóvel Interesse Público (1944) Imóvel Interesse Público (1953) Imóvel Interesse Público (1978) Imóvel Interesse Público (1997) (Zona de proteção) Arvoredo de Interesse Público Arvoredo Interesse Público
Marialva	Castelo e Muralhas Pelourinho	Monumento Nacional (1978) Imóvel Interesse Público (1993)

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4 | Capacidade de alojamento nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva

Unidades de Alojamento	Localização	N.º de Quartos
Hotéis	Trancoso	53
Residenciais	Trancoso	49
Alojamento em Espaço Rural	Marialva	37
	Trancoso	5
Agroturismo	Marialva	10
Total (10 unidades)		154

Fonte: Elaboração própria.

5. Perceções e perspetivas: das aldeias históricas de Portugal de Trancoso e Marialva

Na perspetiva da população residente, tendo como suporte inquéritos por questionário, verificou-se que o turismo é uma atividade importante e responsável por impactes económicos e sócio-culturais positivos, pois torna a aldeia histórica mais dinâmica, melhora a qualidade de vida, atrai investimentos privados ao nível do comércio local e restauração e gera emprego. Uma opinião partilhada pelos informantes-chave nas entrevistas de que o turismo é determinante para o desenvolvimento da aldeia e para os territórios de baixa densidade, onde as atividades económicas são reduzidas tal como a própria população, sendo por isso necessário criar outras alternativas, quer de trabalho, quer ao nível do escoamento de produtos locais.

Uma unanimidade que permanece em termos da identificação das potencialidades turísticas, exemplificando com os monumentos, a paisagem e natureza, as unidades de turismo de aldeia, a gastronomia e as tradições locais.

Este potencial, como afirmam, está longe de ser bem utilizado em favor do desenvolvimento local, tendo em conta fatores como questões políticas, falta de investimento público/privado, falta de atividades de animação turística, falta de pontos de venda de produtos regionais, ausência de restauração em Marialva, escassez de infra-estruturas museológicas,

ausência de percursos organizados entre todos os concelhos das aldeias históricas, abandono de património, fraca sinalização turística e inadequado horário do posto de turismo.

A falta de atividades de animação turística é apontada pela população e agentes locais como fragilidade principal da aldeia histórica, apesar das feiras temáticas, das atividades desportivas e culturais, das festas religiosas e da presença em feiras de promoção turística, os líderes do poder consideram que estão longe de conseguir o pretendido.

Em matéria de promoção, os informantes-chave referem que tem havido algumas falhas na divulgação, nomeadamente na ausência de articulação entre as entidades locais em prol de uma divulgação conjunta da imagem das aldeias históricas. Porém, verifica-se um esforço individual destas aldeias, mais concretamente dos seus autarcas em participar pontualmente em feiras de turismo e divulgação nos sites oficiais (câmaras e freguesias).

Neste âmbito, apontam a necessidade de implementar um conjunto de medidas ao nível de investimentos na aldeia: no plano da reabilitação do património e espaços de lazer, na criação de espaços museológicos através da recuperação de casas senhoriais e apoios na elaboração de candidaturas a programas de financiamento para novas iniciativas turísticas. Do lado dos visitantes (com base em inquéritos por questionário), verifica-se um sentimento de preocupação ao apresentarem algumas medidas para minimizarem esses fatores constrangedores, entre as quais: criação de alojamento e espaços de restauração, promoção dos produtos regionais, dinamização de atividades culturais e desportivas, alargamento do horário do posto de turismo e livre acesso ao centro histórico de Marialva.

Contudo, o sentimento, nomeadamente dos responsáveis do poder local é que seria importante haver uma ligação entre aldeias históricas na divulgação e na realização de atividades conjuntas. Esta é uma das razões apontadas para que a aldeia se torne um destino turístico competitivo, através de uma articulação em Rede.

Em termos futuros, os informantes-chave consideram pertinente a recuperação de algumas atividades de animação turística com o desenvolvimento de circuitos turísticos em parceria entre as duas aldeias históricas, realçando-se uma posterior abertura à Rede, em articulação com outras redes (Aldeias de Xisto), envolvendo Câmaras Municipais, associações locais, população, empresários locais e entidades oficiais ligadas ao turismo (Entidades Regionais de Turismo e IGESPAR) – procurando um desenvolvimento local integrado.

O estudo identificou ainda a existência de uma associação estatisticamente significativa das visões dos residentes sobre os impactes da implementação de circuitos turísticos de acordo com a aldeia histórica, sobretudo no aumento do tempo de permanência, fluxo turístico e projeção da aldeia histórica. Considerando os dados do Quadro 5, verifica-se que as duas

variáveis estão, na verdade, estatisticamente associadas com uma significância de 0,043 (< 0,05).

O quadro seguinte (Quadro 6) apresenta uma síntese da visão dos informantes-chave, população local e visitantes quanto aos pontos fortes, pontos fracos e oportunidades da implementação de circuitos turísticos nas duas aldeias históricas.

6. Conclusões

O Programa das Aldeias Históricas de Portugal é um exemplo dos vários programas e projetos que resultaram da aplicação de políticas públicas nacionais e europeias, que têm procurado fazer face aos efeitos provocados pelos modelos hegemónicos de desenvolvimento.

Quadro 5 | Impactes da implementação de circuitos turísticos nas A.H.P.

Implementação de circuitos turísticos na aldeia histórica	Aldeia Histórica		Total	Teste do Qui-quadrado		
	Marialva	Trancoso		Sig.	Qui-quadrado	d.f
Aldeia mais atraente	4	21	25	0,043	14,468	7
Projeção da A.H.	8	49	57			
Aumento do fluxo turístico	4	60	64			
Aumento do tempo de permanência	9	63	72			
Aumento da oferta turística	0	55	55			
Redescoberta de sítios	2	33	35			
Aproveitamento dos recursos endógenos	3	39	42			
Total	30	320	350			

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 6 | Pontos fortes, pontos fracos e oportunidades dos circuitos turísticos nas Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva

Dimensões	Aspetos assinalados
Pontos fracos	Ausência de atividades económicas; falta de investimentos; falta de oferta ao nível da restauração, museus/exposições e merchandising (gastronomia/artesanato); desaproveitamento dos recursos endógenos; pouca intervenção do poder local; falta de atividades de animação turística; fraca divulgação e rentabilização do Programa das Aldeias Históricas; fragilidades na conservação do património; falta de sinalização de alguns pontos de interesse; inadequado horário do posto de turismo e tempo de permanência de turistas e visitantes curto – “ponto de passagem”.
Pontos fortes	Património; paisagens e natureza; gastronomia; cultura local; produtos locais (vinho, azeite, castanha, mel, queijo e fumeiro); festas/festividades religiosas; usos e costumes; artesanato; clima; turismo de aldeia; saber-fazer do mundo rural; percursos a pé/BTT, cavalo ou burro.
Oportunidades e Iniciativas	Promoção do património, paisagem, gastronomia, produtos regionais e da oferta turística (alojamento, restauração e artesanato); aparecimento de investimentos; redescoberta e projeção de sítios de valor turístico; criação de infraestruturas de apoio; criação de circuitos temáticos: circuitos históricos e arqueológicos, circuitos da natureza, circuitos desportivos e circuitos gastronómicos.

Fonte: Elaboração própria.

Nos últimos anos tem-se verificado uma multiplicação de intervenções deste tipo por territórios do interior de Portugal. As intervenções implicaram questões como a revitalização das economias locais, a requalificação territorial, a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, baseada na valorização dos recursos endógenos e na promoção turística.

Do nosso estudo é evidente o protagonismo que o turismo pode assumir ao proporcionar o aparecimento de novas atividades que estimulem o aproveitamento das potencialidades existentes nestes territórios.

Assim, a partilha de um desígnio comum e de uma ideia de território com futuro exige a união de esforços entre os diversos atores do território e agregando-os num processo participativo que é, antes de mais, seu. Destacamos a consciência destes agentes locais em construir redes de trabalho entre atores locais públicos e privados em parceria com diferentes níveis da Administração, com vista a incrementar e consolidar a lógica original de “Rede das Aldeias Históricas de Portugal”, capaz de assegurar uma gestão coletiva das dinâmicas e iniciativas territoriais.

Dentro desta estratégia e para complementar este trabalho, deve ser criada uma política de animação e promoção da Rede das Aldeias Históricas. Assim, pode considerar-se a criação de circuitos turísticos temáticos, numa lógica de valorização dos recursos endógenos, potenciando a sua reconstituição e preservação, fomentando o desenvolvimento da economia local, através da criação de novos produtos e serviços, contemplados no PENT como ações necessárias para o desenvolvimento da região.

Referências

- Albarelo, L., Digneffe, F., Hiernaux, J-P., Maroy, C., Ruquoy, D., & Saint-George, P. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Amaro, R. (2001). O Conceito de Desenvolvimento Local no Quadro da Revisão do Conceito de Desenvolvimento. In *Desenvolver (Des) envolvendo – Reflexões e Pistas para o Desenvolvimento Local*, ESDIME, Messejana, pp. 155-169.
- Ander-Egg, E. (1982). *Metodología y Práctica del Desarrollo de la Comunidad*. México: El Ateneo.
- Baptista, F. (2011). Os contornos do rural. In E. Figueiredo (Coord.), *O Rural Plural – Olhar o Presente, Imaginar o Futuro* (pp. 49-58). Castro Verde: 100 Luz.
- Benko, G. (1999). *A Ciência Regional*. Oeiras: Celta Editora.
- Bryman, A. (1992). Quantitative and qualitative research: further reflections on their integration. In J. Brannen (Ed.), *Mixing Methods: qualitative and quantitative research* (pp. 57-78). Ashgate.
- Cavaco, C. (1999). O Mundo Rural Português: Desafios e Futuros. In C. Cavaco (Coord.), *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia* (pp. 135-148). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Cristovão, A., Medeiros, V., & Melides, R. (2011). Aldeias Vinhateiras, aldeias vivas?. In E. Figueiredo (Coord.), *O Rural Plural – Olhar o Presente, Imaginar o Futuro* (pp. 175-188). Castro Verde: 100 Luz.
- Figueiredo, E., (2011). Um rural cheio de futuros?. In E. Figueiredo (Coord.), *O Rural Plural – Olhar o Presente, Imaginar o Futuro* (pp. 13-46). Castro Verde: 100 Luz.
- Fragoso, A. (2005). Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências investigativas. *Revista Lusófona de Educação*, (5), 63-83.
- Friedmann, J. (1996). *Empowerment: Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*. Oeiras: Celta Editora.
- Henriques, J. (1990). *Municípios e Desenvolvimento – Caminhos possíveis*. Lisboa: Escher.
- INE (2001). *Censos de 2001*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2012). *Censos de 2011*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Kneafsey, M. (1998). Tourism and place identity: A case-study in rural Ireland. *Irish Geography*, 31(2), 111-123.
- Lopes, A. (2006). Encruzilhadas do desenvolvimento: Falácias, dilemas, heresias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (75), 41-61.
- Mill, R., & Morrison, A. (1992). *The tourism system: an introductory text*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.
- Moreira, C. (1997). *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*. Lisboa: ISCSPL.
- PENT (2011). *Plano Estratégico Nacional do Turismo. Propostas para revisão no horizonte 2015 – Versão 2.0*. Lisboa: Turismo de Portugal, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.
- Pestana, M., & Gageiro, J. (1998). *Análise dos dados para ciências sociais – A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Silva, S., & Carvalho, P. (2011). Programas e Sistemas de Incentivos Europeus com Incidência na Atividade Turística em Espaço Rural: O exemplo do PRIME (Portugal, 2000-2006). In E. Figueiredo (Coord.), *O Rural Plural – Olhar o Presente, Imaginar o Futuro* (pp. 315-328). Castro Verde: 100 Luz.
- Stöhr W., & Taylor, D. (1981). *Development from above or below? The dialectics of regional planning in developing countries*. Chichester: John Wiley and Sons Ltd.
- Stöhr, W. (1981). Development from below: the bottom-up and periphery-inward development paradigm. In W. Stöhr & D. Taylor (Eds.), *Development from above or below? The dialectics of regional planning in developing countries* (pp. 39-72). Chichester: John Wiley and Sons Ltd.
- Vachon, B. (2001). *El Desarrollo Local – Teoría y Práctica: reintroducir lo humano en la lógica del desarrollo*. Gijón: Ediciones Trea.

- Vázquez Barquero, A. (2005). *Las nuevas fuerzas del desarrollo*. Barcelona: Antoni Bosh.
- Vicente, P., Reis, E., & Ferrão, F. (1996). *Sondagens – A amostragem como fator decisivo de qualidade*. Lisboa: Edições Silabo.
- Woods, M. (2007). *Rural Geography. Processes, responses and experiences in rural restructuring*. London: Sage Publications.
- Yin, R. (1994). *Case Study Research – Design and Methods*. London: Sage Production Editor.